



Centro Universitário Vale do Salgado
CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO – UNIVS
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARÉCIA RIBEIRO DA SILVA

**OS POSSÍVEIS DESAFIOS NO ACESSO E PERMANENCIA DAS PESSOAS TRANS
NA EDUCAÇÃO**

ICÓ – CE
2021

MARÉCIA RIBEIRO DA SILVA

**OS POSSÍVEIS DESAFIOS NO ACESSO E PERMANENCIA DAS PESSOAS TRANS
NA EDUCAÇÃO**

Monografia submetida à disciplina do TCC II do curso Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Esp. Raquel Alencar Lourenço.

MARÉCIA RIBEIRO DA SILVA

**OS POSSÍVEIS DESAFIOS NO ACESSO E PERMANENCIA DAS PESSOAS TRANS
NA EDUCAÇÃO**

Monografia submetida à disciplina do TCC II do curso Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Raquel Alencar Lourenço.
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
Orientadora

Prof.^a Daniela Nunes de Jesus
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
1º Examinadora

Prof.^a Luciana Maria Lobo Barbosa
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
2º Examinador

Dedico a toda população trans aos meus pais Maria da Anunciação e Benedito, a minha segunda família que aqui represento com minha madrinha, Maria do Carmo, a quem sou grata por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo me abençoando em todas as etapas da minha vida.

Aos meus pais Maria da Anunciação Ribeiro e Benedito Ribeiro da Silva, por todo o apoio, compreensão, incentivo e dedicação durante esse longo processo.

A minha segunda família, que sempre me ajudaram com apoio, incentivo, amor e dedicação em toda minha vida e principalmente durante esse longo processo.

A minha orientadora Raquel Alencar Lourenço, por toda sua dedicação e disponibilidade durante a realização desse projeto, e principalmente por sempre está repassando grandes conhecimentos, eternamente grata Raquel por tudo.

A Professora Luciana Maria Lobo Barbosa, por todo conhecimento passado sobre produção de projeto, sem sua ajuda nem a metade desse projeto teria acontecido, eternamente grata por todo conhecimento.

A minha turma como todo, em especial a Maria de Fátima Ferreira Brasil, por todo o respeito, apoio, carinho, que se tornou grande amiga e sempre acreditou no meu potencial.

A coordenação do Curso, na pessoa de Sonilde Saraiva e aos demais professores do curso que não foram citados os nomes acima, todos possuem um papel fundamental na minha trajetória acadêmica. Grandes conhecimentos foram repassados, trocas de experiências riquíssimas e estímulos que me fizeram crescer em um grau que eu jamais imaginaria. A todos o meu muito obrigado!

Os bons professores educam para uma profissão, enquanto que os professores fascinantes educam para vida.

(Augusto Cury)

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
OMS	Organização Mundial da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais

RESUMO

SILVA, M. R. **Os possíveis desafios no acesso e permanência das pessoas trans na educação.** 2021.81f. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Vale do Salgado, Icó – CE, 2021.

Introdução: A presente pesquisa apresenta uma discussão acerca dos possíveis desafios no acesso e permanência das pessoas trans na educação, propiciando conhecimento acerca da temática, investigações profundas e compreensão desses desafios enfrentados por esse público dentro das instituições escolares, desse modo a pesquisa foi motivada por questões pessoais vivenciadas durante a vida acadêmica. Nesse contexto, objetivou-se analisar os possíveis desafios que as pessoas trans encontram no acesso e no prosseguimento dentro da política de educação, investigar as condições de acesso e prosseguimento das pessoas trans na educação, bem como verificar como as instituições educacionais contribuem para o acesso e prosseguimento das pessoas trans. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando o procedimento técnico pesquisa bibliográfica, os dados foram coletados mediante uma revisão de literatura em ambiente virtual, nas plataformas digitais Google Acadêmico e SciELO utilizando-se artigos científicos e/ou trabalhos de conclusão de curso, conseqüentemente os dados foram analisados por meio de uma seleção de artigos científicos e/ou periódicos acadêmicos que tratavam da temática abordada na pesquisa. Após a coleta de dados surgiram resultados, apresentados nas seguintes categorias: A família X violações de direitos as pessoas trans, Família X proteção aos direitos das pessoas trans, A falta de preparação dos profissionais de educação X pessoas trans, A Educação e os desafios da permanência das pessoas trans na escola, Pessoas trans e o uso do nome social e Pessoas trans e o mercado de trabalho informal. Portanto, os desafios que as pessoas trans sofrem no acesso a permanência são a falta de um vínculo afetivo com a família que muitas vezes acaba gerando a expulsão das pessoas trans de casa, a falta de preparação dos professores em como lida com as pessoas trans, o nome social que não é respeitado e a questão da dificuldade do uso do banheiro.

Palavras-Chave: Educação. Pessoas Trans. Desafios.

ABSTRACT

SILVA, M. R. **Possible challenges in access and permanence of trans people in education.** 2021. 81f. Course Conclusion Paper – TCC (Graduate in Social Work) – Vale do Salgado University, Icó – CE, 2021.

This research presents a discussion about the possible challenges in the access and permanence of trans people in education, providing knowledge about the theme, in-depth investigations and understanding of these challenges faced by this audience within school institutions, thus the research was motivated by personal issues experienced during academic life. In this context, the aim was to analyze the possible challenges that trans people face in accessing and continuing within education policy, investigating the conditions of access and continuation of trans people in education, as well as verifying how educational institutions contribute to access and continuation of trans people. The methodology used consists of an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, using the technical bibliographic research procedure, the data were collected through a literature review in a virtual environment, on the digital platforms Google Academic and Scielousing scientific articles and/or course conclusion works, consequently the data were analyzed through a selection of scientific articles and/or academic journals that dealt with the theme addressed in the research. After data collection, results emerged, presented in the following categories: The family X violations of trans people's rights, Family X protection of the rights of trans people, The lack of preparation of education professionals X trans people, Education and the challenges of permanence of trans people in school, Trans people and the use of the social name and Trans people and the informal labor market. Therefore, the challenges that trans people face in accessing permanence are the lack of an affective bond with the family, which often ends up generating the expulsion of trans people from home, the lack of preparation of teachers in how they deal with trans people, the social name that is not respected and the issue of difficulty in using the bathroom.

Keywords: Education. Trans people. Challenges.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A BUSCA PELO DIREITO DE TODOS.....	14
3.2 POPULAÇÃO TRANS: HISTÓRIA DE LUTA.....	17
3.3 O DIREITO DA POPULAÇÃO TRANS A EDUCAÇÃO: UM DIREITO NÃO RESPEITADO.....	19
4 METODOLOGIA	22
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	22
4.2 LOCAL DA PESQUISA.....	22
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA	23
4.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	23
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
5.1 A FAMÍLIA X VIOLAÇÕES DE DIREITOS AS PESSOAS TRANS.....	24
5.2 FAMÍLIAS X PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS TRANS.....	25
5.3 A FALTA DE PREPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO X PESSOAS TRANS.....	25
5.4 A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANS NA ESCOLA	25
5.5 PESSOAS TRANS E O USO DO NOME SOCIAL	27
5.6 PESSOAS TRANS E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL	28
5.7 PESSOAS TRANS X EXPECTATIVA DE VIDA.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Cada ser humano é único, pois, cada um tem um pensamento diferente, nasceu em um lugar diferente, cada um tem sua classe social, sua religião, enfim tantas outras características que marcam a diversidade humana. É colocado desde muito cedo que existe uma diferença entre homem e mulher, desde o momento em que você nasce, ou desde o momento da ultrassonografia quando identificam se você tem o sexo masculino e o sexo feminino, para a biologia o sexo é o tamanho de células, se nasce com células pequenas, ou seja, espermatozoide é macho, se nasce com células grandes, ou seja, óvulos é fêmea. Só que sexo é biológico, gênero é algo social, ao cultural, vai além do sexo, é a maneira como cada ser humano se auto se percebe e a forma como a pessoa se expressa culturalmente (JESUS, 2012).

Assim, pessoas transgêneros são pessoas que nasceram com o sexo feminino ou masculino e se identificam com o gênero oposto ao que nasceram. Uma pessoa que nasceu com o sexo masculino, mais se identifica com o gênero feminino é uma mulher transgênero, do mesmo jeito que uma pessoa que nasceu com o sexo feminino, mais se identifica com o gênero masculino, em qualquer momento da sua vida é reconhecido como um homem transgênero. Existem transgêneros que devido seus desejos, vontades, necessidades individuais escolhem passar por procedimentos hormonais e cirurgias para que se sintam bem com eles mesmo, para ter uma saúde mental e conseguirem um convívio social. Mas também existem os que não escolhem nenhum desses procedimentos, mas são sim pessoas trans, pois isso não é uma regra, o importante é como essa pessoa se ver e quer ser identificada (CEFS, 2016).

Na atual conjuntura em que vivemos, a educação é para todos, mais nem todos tem acesso a ela, não só no sentido de ter acesso as instituições educacionais, mais como essas instituições e seus profissionais garantem a qualidade e o acesso a essa educação. Quando se fala em educação inclusiva pensamos em educação para pessoas com deficiências, quando se pensa em grupos que são excluídos historicamente, como as próprias pessoas trans, isso parece não existir. Ainda é minoria o número de pessoas trans dentro das escolas, principalmente em universidades cursando o ensino superior, ainda mais difícil em uma especialização. Fazendo com isso, que essas pessoas entrem na prostituição, pois acaba sendo seu o único modo de sobrevivência. Fazendo assim necessário rever todos os meios que fazem o direito de todo cidadão ou cidadã estarem inclusos nos espaços educacionais (SOUSA, 2021).

O questionamento que fundamenta o estudo refere-se as “quais os prováveis desafios que as pessoas trans encontram no acesso e prolongamento na educação?”. Tendo assim o objetivo de busca ao longo do trabalho responder a referida questão de forma a esclarecer e enriquecer o debate sobre a temática. Desse modo, compreende-se que os resultados obtidos se encontram fincados na ideia que as pessoas trans passam por dificuldades no acesso, e no prolongamento na política de educação.

Apresentando a problemática, trazem-se como hipóteses as seguintes questões, que mesmo a educação sendo um direito de todos existe o preconceito que infelizmente acabou ultrapassando ou vindo junto à educação dos que fazem e colocam em prática essa política, professores, diretores de turma, toda classe educacional, podem vir a ser preconceituosos, ou não verem que determinados alunos estão faltando, ou tirando notas baixas por estarem sofrendo preconceito dos colegas, também pode existir a falta de respeito com o nome social dessas pessoas, não existência de um banheiro para elas, pois se correm risco e se sentem inseguros na sala imagina no banheiro.

A presente pesquisa foi motivada por questões pessoais vivenciadas na trajetória acadêmica. Como transexual identificação essa que ocorreu no ensino superior, mais durante a vida envolvendo a educação vivenciou inúmeras situações de exclusão, de repulsa e preconceito devido ser diferente. O fato de ter entrado no serviço social, potencializou minha visão de que os professores eles sofrem sim por não ser reconhecidos, por estarem com uma sala cheia de alunos, mais eles também precisam ser agentes sociais, ver o que está além do que aparenta, e para isso precisam ser capacitados, precisamos de uma educação transformadora, que crie profissionais críticos, profissionais que vejam o mundo muito além do que lhe foi dito pelo senso comum, e mais ainda desejo entender os motivos da marginalização e exclusão de pessoas que assumem e possuem características fora dos padrões que são colocados como certos.

Em sua relevância social e científica, o objeto de estudo contribuirá para obtenção de conhecimento acerca dos desafios que as pessoas trans têm no acesso e prolongamento na educação. Bem como apresenta uma relevância no meio acadêmico, uma vez que a presente pesquisa poderá servir como base para pesquisas subsequentes com temáticas semelhantes.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar os possíveis desafios que as pessoas trans encontram no acesso e no prosseguimento dentro da política de educação.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar as condições de acesso e prosseguimento das pessoas trans na educação;
- Verificar como as instituições educacionais contribuem para o acesso e prosseguimento das pessoas trans;
- Analisar o impacto dessa exclusão na vida das pessoas trans.

3REVISÃO DE LITERATURA

3.1 EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A BUSCA PELO DIREITO DE TODOS.

A ideia de uma educação popular começou a circular no Brasil em 1820, quando o recém criado estado brasileiro estava iniciando suas estruturas. Mas já se via uma proposta de educação lá nos primórdios da colonização, quando os jesuítas incrementam o ensino na população indígena e posteriormente a africana escravizada. No período imperial a educação se voltou para crianças e jovens, e era pensada como escola de primeiras letras. No século XIX, a educação primária que atingia as classes populares eram de responsabilidade local (GOMES, 2020).

Assim, durante o período republicano brasileiro o governo federal consolidou várias reformas no campo do ensino, principalmente onde hoje conhecemos como ensino médio e ensino superior, dentre essas reformas tem a reforma João Luís Alves de 1925, que procurou dar ao ensino secundário um caráter regular, capaz de preencher questões mais amplas do que só a mera preparação imediatista. Nesse período, apenas os estados mais desenvolvidos realizações algumas transformações no ensino primário (MARCHAND, 2006).

Em 1932 a Associação Brasileira de Educação (ABE), lança um projeto onde traz como objetivo fazer da educação nacional, uma educação democrática, humana, geral, leiga e gratuita. Uma educação destinada a todos os brasileiros limitados apenas pelas suas capacidades. Entretanto, a comissão designada pelo governo provisório, lançou um anteprojeto, que defendia que o estado não tinha responsabilidade de fazer crescer a rede pública de ensino, admitiu que o ensino fosse obrigatório, mas não deu adendo a isto (GHIRALDELLI, 2001).

O período conhecido como regime autoritário no Brasil, a educação precisou se reajustar diante das precárias condições de financiamento, e passou por duas grandes reformas que marcaram a história da educação no país. A primeira elaborada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, que não trouxe significativas mudanças na educação primária e do ensino médio, a segunda foi a lei de 1971 que se destacou por trazer a obrigatoriedade no ensino dos quatro aos oito anos, entretanto as condições para isso não foram concretizadas (DE ASSIS, 2012).

Em consonância, se viu necessário aperfeiçoar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, criando a LDB de 1968, que reformou o ensino superior, sendo assim conhecida como lei da reforma universitária. Para atender o ensino primário e médio foi necessária a construção da LDB de 1971. Com a promulgação da Constituição Federal de 88 surge a LDB de 1996, assumindo um caráter inovador, trazendo uma ampliação dos recursos da educação pública (CERQUEIRA; SOUZA; MENDES, 2009).

Em 1988 um movimento popular contra o regime militar contando com a participação da população popular, inclusive do professorado foram capazes de derrubar a base militar e suscitar um novo ordenamento jurídico. Surgiu a Constituição da República do Brasil de 1988, que se afirmou com o objetivo de a educação ser de direito de todos e dever do estado (CURY, 2002).

Assim, Art. 205 a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade.
- VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal
- IX. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida(CF, 1988).

Com a existência da garantia do direito a educação a todos, e principalmente a existência de mecanismos que defenda essa garantia é ainda mais necessário a busca por esse direito, a transformação e a concretização do mesmo, sendo ela feita pela sociedade civil, seja pelo poder público, pela classe profissional que faz a política de educação ou por meio judicial, para que essa política realmente chegue a todos com qualidade e mecanismos para se fazer de fato sua concretização (SANTOS, 2019).

A educação é inerente ao viver, ou seja, na medida em que nós desenvolvemos, nas variadas situações em que nos envolvemos, estamos aprendendo. O dia a dia é uma forma educativa, pois o homem vai criando e recriando formas de vidas. A educação é composta de

diferentes aspectos que se relacionam a vida de um grupo, significando uma opção política. Ela pode ter características libertadoras, trazendo interesses comuns a grande maioria da população, ou ela pode vir elitizada trazendo características de um pequeno grupo dominante (BARBOSA, 2004).

As condições de vida da população brasileira passaram por grandes transformações. A atuação de governos democráticos proporcionou a conquista de espaços ocupacionais aos grupos populares, entretanto a conquista do direito a educação com qualidade ainda está num nível muito baixo. Transformaram as direitas sócias conquistados por luta de direitos sociais em um mercado de expansão econômica (QUERUBIM, 2013).

O modelo educacional atual tem confundido educação com escolarização, a qualidade da educação é medida com testes de aprendizagem, trazendo assim uma crise na educação e ainda pior, gerando uma crise de relação entre o aluno e o seu professor, com isso os professores estão se tornando máquinas. Educar é quebrar a lógica desumana do capital, que traz na sua gênese o individualismo, é proporcionar a mudança do indivíduo, fazendo-o entender suas reais necessidades e a si próprio(GADOTTI, 2012).

Para superar a educação tradicional, é necessário trabalhar no desenvolvimento de novos conhecimentos, formarem um novo currículo, que primeiro trabalhe no processo de ensino e aprendizagem, criando diálogos entre os alunos, entre as diferentes opiniões, culturas, criando relações importantes baseadas na diferença e no respeito ao mesmo, antes mesmo de se falar em conteúdos científicos. Fazendo com isso, uma transformação na educação e dando prazer a algo que é mecânico (ANTUNES; PADILHA, 2010).

A educação só é transformadora, quando todos os que desenvolvem a política de educação não fazem seu papel como agente passivo, ou seja, quando se libertam das ideologias do capital e transmitem aquilo que realmente acreditam, e quando os alunos também fazem parte da construção do seu próprio conhecimento junto ao o seu educador. Infelizmente, estamos cheios de escolas, onde pouco importa o que os alunos trazem consigo e sim a quantidade de informações que eles absorvem para gerar uma mercantilização, gerando ainda mais crises de ansiedades em seus alunos (BITTENCOURT, 2018).

A exclusão intrínseca na educação tradicional traz um modelo onde se tem melhor conhecimento dos conteúdos científicos e da vida, desenvolvendo um interesse de aprender por meio de um conhecimento reflexivo, transformando pessoas capazes de interagir e refletir sobre a realidade, criando assim agentes mais humanos (BEZERRA; GURGEL; FERNANDES, 2006).

3.2 POPULAÇÃO TRANS: HISTÓRIA DE LUTA

Na segunda onda do movimento feminista ocorrida no século XIX e início do século XX, ocorreu uma revolução o descobrimento da diferença entre sexo e gênero. Esta descoberta mudou tendo o movimento feminista, como toda a ciência social, após alguns anos depois se determinou que sexo é uma característica biológica, enquanto gênero uma imposição social, ou seja, gênero é uma construção social (MUJALI, 2013).

Assim, sexo refere-se a características biológicas pertencentes ao homem e a mulher, ou seja, diz respeito aos aparelhos reprodutivos masculinos e femininos, a como funcionam e as características decorrentes dos hormônios. Já gênero, é a relação de poder entre homem e mulher, relação essa produzida pela construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. Papel este construído culturalmente, que pode ser mudado de acordo com a sociedade e com o tempo (CABRAL; DIAZ, 1998).

Dessa forma, o termo identidade de gênero refere – se a como uma pessoa vive, compreende e aceita o seu próprio gênero. Assim o termo transgênero, refere – se às pessoas que tem a identidade de gênero diferente do sexo biológico que lhe é atribuído desde o nascimento. Pessoas transgênero podem se identificar como mulher trans, homens trans, como pessoa não binária. As mesmas podem ter qualquer orientação sexual, pois orientação sexual se diferencia de identidade de gênero (GUERRA, 2017).

Em consonância, mulheres trans são pessoas que nasceram com o sexo masculino, ou seja, seus órgãos reprodutores e hormônios masculinos, mas se identificam com o gênero feminino. Já homens trans, são pessoas que nasceram com o sexo feminino, órgãos reprodutores femininos e hormônios femininos, mas se identificam com o gênero masculino. Pessoas não binárias são pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o gênero feminino, ou seja, não se identificam com essa binaridade de gênero (CARVALHO, 2018).

Também, uma parte dos mesmos coloca como crucial na sua transição a transformação do seu corpo, que representa uma perspectiva de que se chegou ao gênero desejado, traz felicidade, bem-estar físico e saúde mental. E essas mudanças variam em uso de hormônios, aplicações de silicone, realização de cirurgias plásticas como, histerectomia para retirada do útero, mastectomia para retirada das mamas, transgenitalização para mudança das genitálias, entre muitas outras escolhas, tudo depende da vontade da pessoa e da condição econômica (ROCON, 2017).

Bem como, a transição de gênero é uma questão de como uma pessoa identifica-se. Não é uma doença mental, não é uma escolha nem muito menos um capricho. Ela vem ao longo da história e sempre esteve presente no mundo inteiro. Uma parte das pessoas transexuais se reconhece desde pequeno, outras, vão se reconhecer tardiamente, por muitos motivos, os mais relevantes são as que envolvem o social e a repressão que os mesmos sofrem. O que importa para uma pessoa se enxergar com uma pessoa transgênero é a forma como ela se identifica, e não a questão cirúrgica (JESUS, 2012).

Em 1962, nasce a primeira instituição LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais) do Brasil, conhecida como a turma do ok, fundada no Rio de Janeiro, foi o primeiro grupo de que se tem registro na história do Brasil. Foi um grupo formado por homens gays com mais de 60 anos, tinha como finalidade um espaço onde os mesmos compartilhavam experiências relacionadas a sua sexualidade e performances não convencionais, esses encontros e apresentações não tinha aplausos pois viviam na ditadura militar na época (SOLIVA, 2019).

Assim, em dezembro de 1971 foi feita a primeira cirurgia de mudança de sexo genital em uma mulher trans no Brasil, cirurgia realizada no hospital Oswaldo Cruz, realizada no paciente Waldir Nogueira que já havia obtido na época autorização da vara dos registros públicos para ser reconhecida como Walderine (CHAVES, 1977).

Também, em 1990 a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou e oficializou que a homossexualidade não fazia mais parte da lista de doenças mentais, deixando claro que a homossexualidade não se constitui mais como doença nem como distúrbio. Essa vitória trouxe, a comemoração do dia internacional contra a homofobia comemorado no dia 17 do mês de maio (FACCHINI, 2018).

Bem como, no dia 29 de janeiro de 2004, um grupo constituído de 27 transgêneros e travestis foram ao congresso nacional, localizado no Distrito Federal reivindicar seus direitos. Com isso o ministro da saúde formalizou o compromisso com os direitos para a saúde da população gay, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros com a criação de um comitê técnico, tornando esse dia como o dia nacional da visibilidade trans (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Assim como, no ano de 2006 o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a aceitar o nome social das pessoas trans, ou seja, passou a aceitar o nome que as pessoas querem ser chamadas de acordo com o gênero que se identificam em qualquer setor ou serviço da rede pública de saúde. Na carta também está explícito que os mesmos, têm direito a todos os tratamentos

provenientes do Sistema Único de Saúde livres de qualquer discriminação por orientação sexual e identidade de gênero(MELLO, 2011).

Como também, em 2008 a partir de duas portarias a 1.707 e a 457, o ministério da saúde reconheceu a orientação sexual e a identidade de gênero e tornou-as determinantes dentro da saúde. Fazendo com que os atendimentos a transgêneros passem a serem feitos por uma equipe multidisciplinar, composta por endócrinos, cirurgiões e psicólogos. A cirurgia de redesignação sexual antes feita só no privado onde poucos tinham acesso passa a ser feita pelo SUS (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Como ainda, em 2009 na cidade de São Paulo foi inaugurado o primeiro ambulatório de saúde no Brasil dedicado a travestis e transexuais inaugurado pela secretaria de saúde do estado de São Paulo, possibilitando as pessoas trans inserção social e seu direito integral a saúde. O serviço teve como objetivo, atender todas as demandas específicas dos transgêneros de forma integral. Os principais atendimentos eram: avaliação médica, endocrinológica, proctológica, fonoaudióloga e de saúde mental (SABATINE, 2012).

Além disso, em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que pessoas trans mudassem o nome direto no cartório, sem a necessidade de uma autorização judicial. Com isso também não é necessário ser feita as mudanças físicas ou leva laudos médicos. Essa conquista foi de tão grande importância, pois tudo na vida de uma pessoa inicia pelo nome, isso também representa um processo de humanização, pois, dá um reconhecimento do pertencimento daquela identidade de gênero ao indivíduo (SANTOS, 2018).

Ainda, o ano de 2018 também foi muito importante por que teve como marco para a população trans o número expressivo de mulheres trans a serem eleitas para o legislativo federal. Devido a Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 23.562/2018, pessoas trans poderiam se candidatar, isso fez com que Erica Malunginho se transforma- se na primeira mulher trans a ser deputada estadual pelo estado de São Paulo ocupando sua vaga na Assembleia Legislativa pelo partido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A deputada reivindicava a importância na valorização da educação como mudança (ALVES, 2021).

3.3 O DIREITO DA POPULAÇÃO TRANS A EDUCAÇÃO: UM DIREITO NÃO RESPEITADO

No Brasil, a população transexual sofre em seu cotidiano a negação de seus direitos. A Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais (LGBTQIA+fobia), é um exemplo de preconceito e discriminação, pois as pessoas que compõe essa comunidade

sofrem a todo instante. Esse preconceito manifesta-se de várias formas, seja por meio de instituições, ou seja, pelo meio mais extremo que é a violência física, todas essas violações se baseiam no preconceito e no ódio a pessoas homossexuais (CFESS, 2015).

Assim, em consonância o preconceito e a violência nas escolas recorrentes as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais (LGBTQIA+), aumentam ainda mais quando se trata das pessoas transexuais, essas pessoas passam por muitas violações, a transfobia acaba limitando os espaços ocupacionais dessas pessoas. Assim a prostituição acaba sendo uma resposta a essa exclusão dos contextos educacionais e de trabalho (FONSECA, 2018).

Bem como, para entender a educação que temos é necessário lembra que vivemos no sistema capitalista, que tem sua gênese fundamentada na exploração de uma classe sobre a outra, com isso, acaba gerando uma desigualdade além da econômica, mais também social e cultural. Assim, a educação acaba sendo como uma fonte de manutenção da hegemonia burguesa que domina material e culturalmente a sociedade. Assim a educação acaba negando as diversidades humanas existentes (TONET, 2018).

Ademais, a constituição de 1988 trouxe que todos têm direito a educação. No entanto o grupo LGBTQIA+, ao longo da história sempre foi marginalizado, tendo o acesso básico violado, e os que conseguem acesso não conseguem suporte para a permanência, gerando evasão escolar. Existe a falta de espaços democráticos para que a população LGBTQIA+ possa ter acesso à educação de qualidade, pois a sociedade ainda se baseia em conceitos conservadores e práticas que excluem aqueles que são vistos como diferentes (JÚNIOR, 2020).

Também, atualmente a maior preocupação do estado e dos demais órgãos gestores da educação está voltada para o acesso à educação, somente a isso se esquecendo de garantir as condições que são necessárias para a permanência nessa política. Assim, as razões que levam os alunos a desistirem de seus estudos são muitas tais como, discriminação pela identidade de gênero e da orientação sexual, econômica, afetiva, vulnerabilidade social, essas pessoas são conhecidas também como os excluídos sociais, que vivem diariamente com o preconceito nos mais diversos espaços sociais e particularmente no espaço educacional (CASALI; GONÇALVES, 2019).

Assim como, as escolas brasileiras historicamente foram preparadas para serem espaços de reprodução do autoritarismo e do preconceito. As mesmas sempre reforçaram valores conservadores e heteronormativas, trazendo como modelo único a ser seguido o homem branco heterossexual de classe média. A escola escolhe ignora as formas de

preconceito, com isso, reforçando a discriminação e impedindo a inclusão de todos na educação. Tudo isso é gerado devido o despreparo dos profissionais que fazem a política de educação com as diversidades humanas, ou porque, os mesmos acreditam que fiquem quietos diante do preconceito vivido pelos trans garanti a normalidade dentro da escola (CASALI, 2020).

Como também, um dos principais cenários de preconceito e exclusão as pessoas trans acontecem dentro das escolas e universidades. Esse tipo de violência não ocorre só por parte de alunos, mais também por parte do corpo docente. Ferindo assim, seus direitos e se transformando no motivo da evasão escolar. Com isso, poucos trans conseguem concluir seus estudos básicos, assim acabam se aproximando da vulnerabilidade social, gerando comportamentos de risco como uso de drogas e prostituição(LINS; MACHADO, 2016).

Assim, essa falta de direito gera consequências, decorrências essas que geram até a perda da vida dessas pessoas, com a evasão das pessoas trans na escola devido a transfobia leva os mesmos a procura como fonte de renda a prostituição, para garantir o mínimo para sua sobrevivência, como a prostituição não é uma profissão bem vista, muitas mulheres trans acabam sendo mortas, muitos acabam ficando deprimidos e decidem se suicidar pois perdem a vontade de viver nesse mundo onde nenhum lugar garante o respeito e a proteção, outros acabam entrando no meio das drogas, tanto para garanti a renda como para servi de válvula de escape desse sofrimento (SOUZA; BERNARDO, 2014).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo quanto à natureza consistirá em uma pesquisa básica, quanto aos objetivos configura-se como exploratória e descritiva, quanto à forma de abordagem apresenta-se como qualitativa e quanto aos procedimentos técnicos consiste em pesquisa bibliográfica.

A pesquisa exploratória tem como finalidade oferecer informações acerca de um objeto e nortear a formulação de hipóteses. Já a pesquisa descritiva visa analisar as características de um grupo ou fato, além disso, a análise das relações entre os dois (GIL, 2014).

O estudo tem abordagem qualitativa, pois utiliza a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador é o principal instrumento, os dados são preferencialmente descritivos e a análise dos mesmos tende a seguir um processo indutivo (GIL, 2017).

A pesquisa bibliográfica se realiza, a partir do “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (DEL MASSO; COTTA; SANTOS, 2012).

4.2 LOCAL DA PESQUISA

O estudo foi realizado com base nos Possíveis Desafios no Acesso e Permanência das Pessoas Trans na Educação por meio de uma revisão de literatura em ambiente virtual, nas

plataformas digitais Google Acadêmico e SciELO utilizando-se artigos científicos e/ou trabalhos de conclusão de curso.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram autores que trataram o tema da pesquisa: “Os Possíveis Desafios no Acesso e Permanência das Pessoas Trans na Educação”.

4.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio de uma seleção de artigos científicos e/ou periódicos acadêmicos que tratavam da temática abordada na pesquisa. Foram utilizados 23 (vinte e três) artigos do período de 2010 a 2021.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

A organização e análise dos dados da pesquisa foram feitas através de três etapas: a pré-análise, onde ocorre a escolha dos documentos para a análise; a exploração do material que consiste na compreensão dos dados; e por último o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2001).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A FAMÍLIA X VIOLAÇÕES DE DIREITOS AS PESSOAS TRANS

A negação na aceitação da pessoa trans por parte da família é um dos fatores que gera consequências devastadoras, e uma delas é a expulsão das pessoas trans de casa. Junto a isso ocorre ainda a falta de incentivo no acesso das pessoas trans a educação, com isso, há uma negação das relações de aliança e afeto de seus familiares. A família é a principal responsável pelo acesso à educação dos seus filhos, sem essas pessoas os mesmos raramente conseguem ter acesso à educação (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

Ademais, falar de família é falar de problema, de um obstáculo para uma parte das pessoas, para os trans, família é ainda mais complexo e agravante é sinônimo de violência e agressão constante, já que grande parte dessas pessoas sofrem violência desde a infância. Assim a família passa a ser o primeiro enfrentamento da transfobia na vida dessas pessoas, transformando-se na maior marca de violação de direitos dessas pessoas, ocasionando várias consequências, inclusive a desistência de tudo até mesmo da escola, caindo na prostituição que acaba sendo a única fonte de renda (REIDEL, 2014).

Em consonância, o preconceito e a violência recorrentes as pessoas LGBTQI+ (LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS), aumentam ainda mais quando se trata das pessoas transexuais, essas pessoas passam por muitas violações, a transfobia acaba limitando os espaços ocupacionais das mesmas. Assim a prostituição acaba sendo uma resposta a essa exclusão dos contextos educacionais e de trabalho (FONSECA, 2018).

5.2 FAMÍLIAS X PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS TRANS

Jovens e crianças trans, no entanto, nem sempre são expulsas de casa por seus familiares. Para afirmar isso existe duas hipóteses, pelo menos duas grandes possibilidades. A primeira é que os mesmos por medo de serem rejeitados ou de sofrerem conflitos deixam de assumir o gênero ao qual se sentem representados. A segunda é que seja possível, só que muito raro que os mesmos, recebam apoio da sua família, garantindo o acesso à educação. Tomando por base a primeira hipótese, mesmo com todo o sofrimento interno que as pessoas trans sofrem, elas acabam escolhendo suprimir as manifestações de gênero, assim, mesmo que exista alguma dúvida de seus familiares sobre sua identidade de gênero e de sua sexualidade, os mesmos não costumam expulsar seus filhos e filhas de casa, muito menos das instituições de ensino (BRAZ; SILVA; GOMES, 2018).

5.3 A FALTA DE PREPARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO X PESSOAS TRANS

É mister salientar que o não investimento e incentivo na capacitação dos professores no país, e com essa falta de preparação os desafios aumentam ainda mais, tendo em vista que tudo isso gera falta de subsídios necessários ao controle da violência que as pessoas trans sofrem dentro da escola, pois os professores tendem a ignorar e omitir essas violências, colaborando indiretamente com a perpetuação dessa. Promovendo a desistência desses jovens da educação, trazendo consequências como a perda da oportunidade da qualificação profissional (BENTO; XAVIER; SARAT. 2020).

Ademais, os professores não possuem instrução profissional para lidar com a situação, assim, acabam tratando os alunos trans da mesma maneira que tratam os outros alunos sem entender a realidade e questões relacionadas aos mesmos. Muitos simplesmente ignoram a situação, quando presenciam algum tipo de piada ou algo que ofenda simplesmente ignoram, acabam naturalizando aquele tipo de comportamento e com isso, transformando a vida dos jovens trans dentro da escola em algo ruim, mais um lugar sem proteção (SOUZA, 2017).

5.4 A EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DAS PESSOAS TRANS NA ESCOLA

Salienta-se o preconceito como uma das maiores questões que tende a impedir o prosseguimento de pessoas trans dentro na educação. Essas pessoas vivenciam o preconceito diariamente no seu processo escolar, são vítimas de insultos, violência físicas, violência moral e psicológica. Se uma menina gosta de futebol e não de bonecas ela é afastada pelas outras colegas, se o menino gosta de brincar de boneca e não de bola, é afastado pelos colegas, ambos acabam ficando assim mais isolados, são colocados para fora do muro das escolas, como forma de limpar aquele lugar, pois, não são meninas e meninos “normais”(BARBOSA; SILVA, 2016).

Também, o bullying aparece como arma apontada para pessoas trans, a entrada dos mesmos nas escolas, vem acompanhada de piadas, brincadeiras, brigas e outros comportamentos discriminatórios. Essa manifestação direta vem tanto de colegas, como de todo corpo docente, tanto pelo preconceito de ambos, como principalmente do despreparo de todo o corpo docente para lida com o diferente. Inviabilizando assim, as violências sofridas pelos jovens trans, diminuindo pautas dos mesmos, gerando assim a desistência das pessoas trans no ambiente escolar (TORRES, 2017).

Outra causa da desistência de pessoas trans no processo educacional é a depressão que esses desenvolvem nesse período, com a violência e o preconceito vividos fora e dentro da escola, os alunos trans acabam tendo o seu psicológico afetado e seu desempenho no aprendizado acaba caindo. Sem espaços de escuta dentro da própria casa, o impedimento de ser quem é, e a transfobia dentro dos espaços educacionais acabam gerando impactos muito grandes no psicológico, gerando a depressão (FERREIRA; MIRANDA, 2021).

Além disso, a baixa situação econômica também acaba sendo um desafio, por muitos não terem o apoio da família, acabam indo pra prostituição, com isso, acabam não conseguindo conciliar trabalho com estudos. Não conseguem tempo para foca nos estudos devido o trabalho assim pede a chance de entra numa boa faculdade, com pouco dinheiro mal conseguem terminar o ensino médio, muito menos entrar numa boa universidade ou sonhar em pagar um cursinho, tudo isso, é uma grande soma para evasão escolar (SCOTE, 2017).

Ademais, não é novidade que a educação sempre foi distante para as classes mais baixas, a realidade vivida por essas pessoas é marcada por inúmeras dificuldades estruturais e de violência. Violência essa que acaba colocando essas pessoas nas ruas, fazendo com que elas percam seus direitos (SILVA, 2018).

Vale ressaltar que existe outro agravante que deve ser levado a sério no tocante à permanência das pessoas trans na escola, que é o acesso ao banheiro dentro das instituições escolares é vem sendo um espaço onde a transfobia é mais acentuada no cotidiano acadêmico,

pois é visto como o não lugar para pessoas trans. Quando eles têm acesso ao banheiro que representa o gênero ao qual eles se sentem representados, são constrangidos pelo olhar dos outros alunos, pela forma como eles os olham como se tivessem tirando sua privacidade, funcionários da limpeza acabam seguindo, como se estar ali caracterizasse um perigo, assim como também, ainda sofrem assédio de outros colegas (RIBEIRO, 2021).

Além disso, alguns alunos trans acabam tendo infecção urinária por segurar a urina por vergonha ou medo de usar o banheiro, a ideia de que o banheiro não é um lugar para pessoas trans dá o sentido contrário ao ensino do respeito, dando a ideia de que ser trans é errado e precisa ser punido. Assim, acaba colocando em risco mulheres trans, pois as mesmas, podem ser violentadas e abusadas entrando em um banheiro masculino, tudo isso gera decepção com o lugar que era para proteger, e grande parte acaba desistindo pela falta de respeito e de um espaço adequado para realizar suas necessidades fisiológicas com tranquilidade (SONETTI; GARCIAL, 2020).

5.5 PESSOAS TRANS E O USO DO NOME SOCIAL

A lei do nome social afiança que a utilização do nome escolhido por transexuais e travestis deve ser respeitada no momento em que os mesmos solicitam alguns documentos públicos. Entende-se aqui como nome social o nome pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificadas/os pelos seus pares.

Em concordância com Santos (2010), ao narrar experiências de transexuais, que subvertem as normas de gênero na escola, afirma que o nome é potencializado como algo muito caro. A autora coloca que o nome como uma escolha, algumas vezes pessoal, outras vezes como recomendação dos mais velhos/as, de uma transexual ou travesti mais velha no grupo, de uma líder. O formidável é o significado do nome como parte de uma construção da identidade produzida, sua identificação consolidada na construção do corpo. O nome social é comumente apontado como reconhecimento e respeito à construção corporal adotada pelo/a transexual.

Em adição, o uso do nome social é um mecanismo que ajuda muito na permanência e conclusão dos estudos dos jovens trans, em setembro de 2017 foi aprovado o parecer que autorizou o uso do nome social dentro das instituições de ensino. Porém são muitos os relatos de que nem sempre esse direito é garantido. Muitos estudantes alegam que não conseguem usar seu nome social nos documentos estudantis, e quando se vai questionar essa proibição a

instituição que é inserida é dada como resposta que só podem usar o nome social quando tiver retificado o documento civil (OLIVEIRA, 2019).

Ademais, no momento da aula é muito desconfortante para uma pessoa trans responder na hora da chamada pelo nome que não se senti representado, muitas vezes não respondem após a chamada ser realizado vão até seu professor e explicam o motivo de não ter respondido, e pedem para serem chamados pelo seu nome social, alguns atendem seu pedido, entretanto outros constroem os mesmos. Quando vão à biblioteca para pegar um livro, são barrados, constrangidos, humilhados na frente de todo mundo (SANTOS, 2018).

Assim como, quando se trata de instituições de ensino públicas, é necessário políticas públicas, bem estruturadas, regulamentadas e previstas no plano de educação, no ano de 2016 foi debatido a temática de gênero nas escolas. Não demorou muito para que parte dos conservadores da sociedade elaborasse uma pauta contra que é conhecida como “ideologia de gênero”, onde eles afirmam que fala sobre gênero na escola vai destruir a cultura e a religião cristã, é um ataque a família tradicional. A retirada da temática de gênero representou baixo avanço no que diz respeito a dignidade de pessoas trans na educação (SANTOS, 2016).

5.6 PESSOAS TRANS E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Com a expulsão de casa e a falta de oportunidade dentro das escolas e universidades, a possibilidade de ascensão social e manutenção do mínimo para uma vida digna são absolutamente suprimidas, levando grande parte da população trans à prostituição e situação de rua. Poucos são os que conseguem um emprego formal, grande maioria está dentro da prostituição, de acordo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 90% das travestis e transexuais femininas, no Brasil, já entraram na prostituição (POZZETTI; ROCHA, 2019).

Como também, uma vez inseridas na prostituição, ficam sujeitas a violências vindas de seus administradores do mercado informal, ou quando trabalham por conta própria, ficam à mercê da violência de seus próprios clientes, como também, virão pressas fáceis de indivíduos e grupos transfóbicos. Sofrem violências de outros profissionais do sexo, até mesmo das cisgênero, devido à disputa por áreas de prostituição mais rentáveis. Analisando esse cenário, fica claro a consequência da marginalização que tem início com a negação do direito a educação (MELLO; MAGALHÃES, 2021).

Como ainda, a prostituição é entendida como um trabalho marginal e informal, ela é merecedora de uma regulamentação que venha do governo público, pois é um único meio de

sobrevivência das mulheres trans ou cisgênero. Deixar que essas pessoas vivam desse mercado revela a crueldade de um mundo machista, que não querem que as mesmas tenham acesso a educação, a nenhuma profissão formal e até mesmo a um ciclo de amizades, tirando assim o respeito e dignidade dessas pessoas (SILVA; SOUZA, 2019).

5.7 PESSOAS TRANS X EXPECTATIVA DE VIDA

A expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é em torno de 35 anos, enquanto a população geral no Brasil é em torno de 74,9 anos, esses dados se confirmam devido à violência transfóbica, que os mesmos sofrem, pela infecção por HIV e AIDS e por intervenções médicas clandestinas. Essas motivações deixam claro que direta ou indiretamente está ligada a marginalização que as pessoas transexuais estão sujeitas a viver na sociedade brasileira contemporânea (BARBOSA, 2015).

Além disso, a violência transfóbica se resume em uma manifestação da cultura cis e heteronormativa, pessoas que são incapazes de conviver com pessoas diferentes, a infecção por vírus HIV, culminando na AIDS vem da atividade de prostituição, tendo como potencializador da infecção o sexo anal. Tudo isso, vem como consequência, sobretudo, da falta de acesso ao trabalho formal em razão da negação do direito a educação (MONTEIRO, 2020).

Ainda, a falta de um emprego formal, salário digno, fazem com que as pessoas trans vá em busca de clínicas clandestinas para realizarem seu grande sonho de ficarem mais parecidas com o gênero que se identificam, assim, acabam encontrando clínicas com incapacidade médica de realizar tratamentos hormonais, estéticos e cirúrgicos, além disso, essas clínicas não possuem instrumentos normativos, como leis, portarias e regulamentos que garantem os direitos para essa população de maneira eficaz. Ocasionalmente muitas vezes até a morte dessas pessoas (PEDRA, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar os desafios que as pessoas trans podem enfrentar no acesso e nas políticas de educação permanente. A construção constatou que apesar de se empenhar e evoluir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ainda existem muitos casos de discriminação e preconceito contra essas pessoas no âmbito das políticas de educação, que dificultam seu processo de inserção no mercado de trabalho. diversidade de gênero, significa reconhecer que algumas pessoas irão desqualificar, rir, intimidar e minar o moral e a autoestima, e até mesmo promover mudanças no planejamento estratégico empresarial.

Dessa forma, percebe-se que a construção da identidade de travestis e transexuais tem maior relação com os problemas sociais, a experiência de construção cultural e o reconhecimento social.

As empresas envolvidas neste assunto trabalharão juntas para criar um futuro melhor para o Brasil. Onde há diferenças há comunicação produtiva entre as pessoas, e o trabalho é direito de todo cidadão brasileiro. Uma consequência da abertura das empresas para a diversificação é que elas têm mais opções de contratação e também são boas para a empresa em termos de reputação, porque a diversidade e a inclusão são boas para a empresa; porque algumas pessoas veem essas políticas como uma promessa da empresa. tornar-se um indicador popular do local de trabalho. Para os recrutadores e a pessoa responsável pelo

processo de seleção da empresa, eles devem se concentrar apenas nos dados relacionados aos cargos exigidos por candidatos em potencial, em vez de considerar questões destinadas a determinar sua orientação sexual ou características de vida pessoal.

Por se tratar de uma questão polêmica, por se tratar de uma questão cultural, é impossível fazer um estrito acordo jurídico sobre essa questão. No entanto, ações como a preparação de cartilhas, palestras, contatos e entidades assistenciais promovem ações que podem mudar a realidade vivida por esse grupo, ainda que em um estágio inicial. Assim, oferecer espaço para pessoas trans, travestis e diferentes pessoas é permitir que elas ocupem seu espaço na sociedade, criar cada vez mais oportunidades para pessoas na mesma situação.

Portanto, conclui-se que muitas mudanças ocorreram nessas discussões, entretanto, a sociedade e o Estado preconizam o fim desse preconceito em seus discursos, mas nem sempre estimulam ações que beneficiem esse grupo minoritário. Políticas públicas de educação voltadas para o cumprimento do princípio da igualdade de gênero, políticas de profissionalização dessas minorias, mudanças legais no uso de nomes sociais e revisões na lista de doenças mentais também podem mostrar a possibilidade de amenizar os problemas aqui levantados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2013.

ALVES, Isadora Mourão Gurgel Peixoto. **Cotas de gênero e participação formal da mulher nas eleições para cargos do sistema proporcional brasileiro**. 2021.

ANTUNES, Angela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. In: **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. 2010.

BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. **Ações afirmativas para ingresso ao ensino superior como meio de efetivação do direito à educação para os/as transexuais e travestir**. 2016.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. **Vida e morte (in) visíveis: Notas sobre o Femicídio e sua Aplicabilidade para Mulheres Transexuais e Travestis**. Alethes, 2015.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. 2004.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. **Escola e**

infância: a transfobia lembrada. cadernos pagu, 2020.

BEZERRA, Maria Gorette Andrade; GURGEL, Almerinda Holanda; FERNANDES, Ana Fátima Carvalho. **Por uma educação transformadora: uma vivência no ensino de enfermagem.** Rev. RENE, 2006.

BRAZ, Jucivan; SILVA, Maicon; GOMES, Allyne. **Discriminação rouba de transexuais o direito a educação.** Revista Inclusiones, 2018.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. **Relações de gênero.** Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/Fundação Odebrecht, organizadores. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Editora Rona, 1998.

CARVALHO, Mario. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas.** cadernos pagu, 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans? : Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2013.

CASALI, Jessica Pereira. **“A escola ignora essas questões”: o silêncio em relação à diversidade sexual e as discriminações contra a população lgbt no ambiente escolar.** 2020

CASALI, Jessica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. **População LGBT em âmbito escolar: preconceitos e discriminações x direito à educação e cidadania.** ItinerariusReflectionis, 2019.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. **A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira.** Ciclos históricos. Ilhéus: UESC, 2009.

CFESS. **CFESS Manifesta Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans.** São Paulo, 12 e 13, junho, 2015. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em: 21 de Maio de 2021.

CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Caderno 4 – Transfobia.** Brasília, 2016. Disponível em: <CFESS - Conselho Federal de Serviço Social>. Acesso em: 21 de Maio de 2021.

CHAVES, Antônio. **Direitos à vida, ao próprio corpo e às partes do mesmo (transplantes). “Esterilização e operações cirúrgicas para mudança de sexo”. Direito ao cadáver e às partes do mesmo.** Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 1977.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, 2002.

DE ARAÚJO RIBEIRO, Érika Fabíola. **Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino.** Research, Society and Development, 2021.

DE ASSIS, Renata Machado. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.** Educação em Perspectiva, 2012.

DE OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante; PORTO, Tauane Caldeira. **A transfobia e a negação de direitos sociais: A luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação.** In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. 2016.

DE SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional.** Bagoas-estudos gays: gêneros e sexualidades, 2014.

DE SOUZA, Kelly Alves. **Discutir a educação inclusiva no Brasil refletindo o acesso das mulheres transexuais,** 2021.

DE SOUZA, Mayanne Adriane Cardoso. **“Beleza não é para sempre!”: estudo sobre a evasão escolar de travestis em Bemlem, Pará,** 2017.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades.** Redefor Educação Especial e Inclusiva, Texto II. São Paulo: Unesp, 2012.

DO PRADO BITTENCOURT, Rodrigo. **Educação a serviço da alienação: projetos de lei que ameaçam a educação transformadora sonhada por Paulo Freire.** Educação (UFMS), 2018.

FACCHINI, Regina. **Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios.** Jornal da UNICAMP-25 jun, 2018.

FERREIRA, Gisele Martins; DE CAMPOS MIRANDA, Meiri Aparecida Gurgel. **Discursos docentes sobre a “aceitação” da inclusão de pessoas trans na escola.** Educação & Linguagem, 2021.

FONSECA, Jordana Viana Carvalho. **Corpos (in) desejáveis: o fenômeno da transfobia a partir da perspectiva de pessoas trans e psicólogos/as.** 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária.** In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social.** 2012.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Introdução à educação escolar brasileira: história, política e filosofia da educação.** São Paulo: Mini Web Educação Ltda, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6.^a ed. São Paulo: Atlas Editora S.A, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa** -5^a ed. São Paulo: Atlas Editora, 2017.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. **SENTIDOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA BRASILEIRA.** movimento-revista de educação, 2020.

GUERRA, Joana Rita Vieira. **A Discriminação sexual com pessoas transgênero.** 2017
Jesus, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos /** Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LIMA JÚNIOR, Ivanildo Alves de. **O núcleo de gênero e diversidade e a população LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2020.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

MARCHAND, Patrícia Souza. **A afirmação do direito ao Ensino Médio no ordenamento constitucional-legal brasileiro: uma construção histórica.** 2006.

MELLO, Luiz. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade.** Sexualidad, Salud ySociedad(Rio de Janeiro), 2011.

MELLO, Yasmin Teixeira; MAGALHÃES, Joanalira. **Possibilidades de estoque trans: analisando narrativas de pesquisadoras / es.** Diversidade e Educação, 2021.

MINAYO, M. C.S (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Frida Pascio. **Vivências afetivo-sexuais de mulheres travestis e transexuais.** 2020.

MUJALI, Lara Macedo Ribeiro de Oliveira et al. **O gênero e os crimes sexuais: analisando crimes sob a perspectiva de gênero.** 2013.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação.** 10 anos de Seminário Nacional de Sociologia & Política: um balanço crítico por Maria Tarcisa Bega, 2019.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões.** 2018.

POZZETTI, Valmir César; ROCHA, Nicolle Patrice Pereira. **Do direito a identidade de gênero no Brasil e a importância da educação cultural.** Revista Argumentum-ArgumentumJournalof Law, 2019.

QUERUBIM, Viviane Rosa. **Paulo Freire e o ensino superior: referenciais freirianos para pensar a universidade brasileira.** 2013.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira.** 2014.

ROCON, Pablo Cardozo. **O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 2017.

SABATINE, Thiago Teixeira. **Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo.** 2012.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico.** 2018.

SANTOS, Cristiano. **Silêncio que exclui: relações entre homofobia e (o direito à) Educação.** Revista Teoria & Sociedade, 2016.

SANTOS, D. B. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. Dissertação. (Mestrado em educação).** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SANTOS, Émina. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira.** Educação e Pesquisa, 2019.

SANTOS, Keliene Ferreira dos. **Transexualidade, gênero e preconceito: Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus-AM.** 2018.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior.** 2017.

SILVA, Giannini Ferreira de Freitas. **A população transgênero no ambiente universitário: desafios.** 2018.

SILVA, Victor Nathan Fontes; DE SOUZA, Antônio Vital Menezes. **Pessoas trans: processos de exclusão e inclusão social.** Semioses, v. 2019.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **Sobre afetos e resistências: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil) 1.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2019.

SONETTI, Sara Laham; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental.** Revista Prâksis 2020.

TONET, Ivo. **Um novo horizonte para a educação.** Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, 2018.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** Autêntica, 2017.

